

**Oficina de Planejamento do Grupo de Trabalho Permanente para a
Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico (Consórcio ZEE Brasil)**

Brasília / DF
27 e 28 de abril de 2015

Índice

1.	Apresentação	3
2.	Objetivos da oficina	3
3.	Programação	3
4.	Contextualização e perspectivas para 2015 e 2016	3
5.	Análise e discussão da árvore de problemas	4
6.	Elaboração do plano de ação para 2015 e 2016	5
7.	Análise de riscos e fatores externos	11
8.	Próximos passos e propostas de pauta à da reunião da CCZEE	11
9.	Avaliação da oficina pelos participantes	11

Anexos

- 1 Lista de participantes
- 2 Contextualização e perspectivas para o ZEE em 2015 e 2016
- 3 Árvore de problemas elaborada pelo DZT
- 4 Árvore de problemas elaborada pelo Consórcio

1. Apresentação

Este documento reúne os resultados da Oficina de Planejamento do Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico (Consórcio ZEE Brasil), realizada nos dias 27 e 28 de abril de 2015 nas dependências do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília. A oficina contou com a participação de 18 pessoas (cf. lista de participantes no Anexo 1).

Na abertura da oficina, realizada por Bruno Abe Saber Miguel, gerente de projetos do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente (DZT/MMA), foram resgatados como antecedentes dois eventos anteriores: a oficina de trabalho do Consórcio ZEE Brasil e da Comissão Coordenadora do ZEE Nacional (CCZEE), realizada em 07 e 08 de novembro de 2013, e a 31ª. Reunião Ordinária da CCZEE, em 30/10/2014. Enquanto o evento de 2013 focou em questões conceituais relativos ao ZEE, a reunião de 2014 apresentou um caráter mais tático, tendo a realização do ZEE por regiões administrativas como principal encaminhamento.

Um resultado fundamental a ser alcançado por meio da presente oficina é a constituição de um portfólio de ações que permita a sensibilização e internalização do ZEE por parte das instituições que compõem o Consórcio ZEE Brasil.

2. Objetivos da oficina

Como principais resultados da oficina foram propostos:

- Análise e discussão da árvore de problemas do ZEE
- Elaboração do plano de ação do Consórcio ZEE Brasil para o período 2015/2016

3. Programação

Os trabalhos foram organizados de acordo com a seguinte programação:

1º. Dia – 27/04/2015	
08:30	Abertura e boas vindas
09:00	Apresentação dos participantes, do objetivo da oficina, da programação e dos aspectos metodológicos
09:30	Contextualização e perspectivas para 2015 e 2016
10:00	<i>Coffee Break</i>
10:15	Análise, discussão e validação da árvore de problemas
12:30	<i>Almoço</i>
14:00	Definição das linhas estratégicas e suas metas
15:00	Detalhamento das ações para o período 2015/2016
16:15	<i>Coffee Break</i>
17:30	Detalhamento das ações para o período 2015/2016
2º. Dia – 28/04/2015	
08:30	Detalhamento das ações para o período 2015/2016 (continuação)
10:15	<i>Coffee Break</i>
10:30	Análise de riscos
11:30	Próximos passos e avaliação
12:00	Encerramento

4. Contextualização e perspectivas para 2015 e 2016

A contextualização da situação atual do ZEE e do Consórcio foi iniciada com uma apresentação dos principais gargalos e desafios que cercam o tema (cf. Anexo 2).

A seguir, os participantes agregaram comentários ao exposto, que abordaram os seguintes aspectos:

- A situação reflete a cultura nacional de planejamento, caracterizada por centralismo e predominância de medidas de comando e controle.
- A definição de atribuições institucionais e o aporte de recursos deveriam constituir eixos estratégicos da discussão.
- No campo político, é difícil avançar sem um envolvimento da Casa Civil na coordenação do processo, devido ao seu caráter interministerial. No entanto, atualmente não há perspectivas para tanto.
- Em termos técnicos, é importante chegar a uma síntese que permita que o ZEE possa ser utilizado pelos vários setores.
- O zoneamento deve ser de usos e atividades, presentes e futuros, entendendo que são os usos que expressam o território.
- Em sua fase inicial, o ZEE teve uma contribuição importante à construção e sistematização dos bancos de dados, mas no momento atual, é fundamental estabelecer como viabilizar a execução e implementação do ZEE.
- A metodologia utilizada ainda é cara e precisa ser adaptada às questões macroestratégicas atuais. Os grandes problemas a serem enfrentados pelo país deveriam ser os pontos de partida do ZEE, tais como os conflitos de uso da água e a incidência de mudanças climáticas (que atropelou a agenda do instrumento ZEE e que demanda cenários de 20 anos).
- A abordagem usada no passado não se aplica para as dinâmicas atuais. Por exemplo, a agricultura passou por uma mudança de dinâmica, a apropriação do território hoje acontece de forma vertical, com outras consequências territoriais. Outros desafios nesta área são o desenvolvimento de novas variedades, combate a pragas quarentenárias, etc.
- Conciliar a revisão metodológica com as demandas de elaboração dos ZEEs constitui um desafio adicional.
- A realização do ZEE por regiões administrativas e a inserção do ZEE no PPA, com alocação de recursos, são marcos importantes da discussão recente.
- No entanto, há dificuldades de inserir no PPA ações que não fazem parte do foco principal das instituições. Mas a internalização do ZEE nas instituições é fundamental para viabilizar recursos e promover a junção de orçamentos individuais disponíveis nas instituições.
- Quanto à realização do ZEE por grandes regiões administrativas, é importante levar em conta que estas só expressam parte da dinâmica territorial. Assim, por exemplo, a dinâmica territorial recente na região MATOPIBA (Maranhão-Tocantins-Piauí-Bahia) ultrapassa estas divisas regionais.
- É importante promover a integração do ZEE com os planos de bacias hidrográficas
- A Sudene está vinculada ao Ministério da Integração e tem interfaces com a Sudam, ambos deveriam estar presentes na discussão.
- A Sudene acompanha iniciativas importantes de ZEE, como na Bacia do São Francisco, em Pernambuco (com foco na desertificação) e na mesorregião Borborena.

5. Análise e discussão da árvore de problemas

Com base em um exercício realizado pelo DZT (cf. Anexo 3) foi elaborada a árvore de problemas do ZEE. Os participantes mantiveram o problema central e os grandes blocos de problemas identificados neste exercício, mas agregaram uma série de elementos e análises complementares (cf. Anexo 4).

Cabe destacar que, devido às limitações de tempo, a metodologia de elaboração da árvore não foi seguida de forma rígida. Não foi realizada uma análise completa de causalidade e um ordenamento lógico de todos os problemas. Os problemas foram organizados de acordo com os grandes blocos, verificando-se uma grande interligação entre os blocos que mais receberam contribuições.

Os participantes consideraram a versão elaborada apropriada para orientar a elaboração do plano de ação, que constituiu o objetivo central do evento.

6. Elaboração do plano de ação para 2015 e 2016

O estabelecimento das linhas estratégicas para o plano de ação recebeu insumos da discussão sobre o planejamento operacional realizada no âmbito do DZT, sendo que os participantes consideraram que as linhas apresentadas também são adequadas para estruturar as ações do Consórcio ZEE Brasil. Desta forma, foram estabelecidas as linhas estratégicas:

1. Fortalecimento dos arranjos institucionais para o ZEE em nível federal
2. Revisão das diretrizes metodológicas do ZEE
3. Execução dos ZEEs nacional e macrorregionais
4. Fomento à elaboração dos ZEEs estaduais
5. Estratégias e mecanismos para o monitoramento e a implementação dos ZEEs

Na sequência, os participantes foram divididos em três grupos que detalharam os planos de ação para cada linha. Durante a apresentação dos resultados elaborados em plenária foram agregadas complementações, inseridas em vermelho abaixo. As ações destacadas foram sinalizadas como prioritárias.

Além disso, ainda foram registrados durante as apresentações e debates os seguintes comentários:

- Novamente foi enfatizado que é importante definir a forma de contribuição, bem como promover a internalização e o alinhamento com as agendas estratégicas das instituições que compõem o Consórcio, em consonância com a atuação da CCZEE.
- É fundamental que a CCZEE recomende um formato de inserção da participação das instituições no PPA.
- A CCZEE também deveria deliberar sobre a possibilidade de ampliar a abrangência regional do ZEE no PPA (além de Amazônia e Cerrado).
- Em relação à revisão metodológica, foi proposto que a CCZEE defina o escopo e eixo de cada projeto de ZEE a ser elaborado.
- Todas as instituições devem se empenhar em aumentar a atratividade do ZEE.
- Foi salientado que deve haver um debate interno do Consórcio e suas instituições e da CCZEE sobre a revisão das diretrizes metodológicas sobre conceitos e procedimentos, anterior às discussões e consultas com atores externos.
- Em relação à integração dos ZEEs, o foco deve estar na compatibilidade dos dados.
- O MMA terá condições de apoiar as ações propostas através do Projeto Interáguas, que tem R\$ 1,2 milhão alocados para o ZEE. No entanto, é fundamental inserir recursos de contrapartida no PPA para que este apoio possa ser viabilizado.
- Em parte, os valores propostos são baixos e devem ser revisados.
- Em alguns casos, é necessário rever os prazos, que estão majoritariamente previstos para 2015.
- A Petrobrás disponibiliza a utilização do seu sistema de videoconferência para eventuais reuniões adicionais.

A seguir são apresentadas as linhas estratégicas da forma detalhada pelos grupos. Sua complementação foi acordada no âmbito dos próximos passos, subsequentes ao evento (cf. seção 8).

Linha Estratégica 1: Fortalecimento dos arranjos institucionais para o ZEE em nível federal

Meta(s):

N.	Ação estratégica	Atividades	Responsável e envolvidos	Prazo	Recursos (R\$) e Fontes	Observações
1	Internalizar as iniciativas, os objetivos e os resultados do ZEE nos 15 órgãos do Consórcio	Seminários nas instituições; visitas às instituições; direcionar ações para as "demandas" prioritárias das institucionais				
2	Revisão do Decreto do ano 2001 que institui o Consórcio ZEE Brasil	Resgate do GT/CCZEE	MMA			
3	Elaboração de regimento interno do Consórcio ZEE Brasil	Constituir GT para elaborar proposta	MMA			
4	Desenvolvimento de estratégias de comunicação para o ZEE (usos e limites)	Seminários regionais	MMA			
5	Mapeamento dos colegiados e instituições relacionadas à questão territorial	Envio de expediente às instituições	MMA/Todos			
6	Interação entre as representações da CCZEE e suas vinculadas no Consórcio para fortalecimento do colegiado	Participação da CCZEE e do Consórcio nas reuniões dos colegiados	Todos			
7	Garantir a participação dos estados e de representações da sociedade nas discussões do ZEE	Constituir GT para esta finalidade (analisar a representação por região)	MMA			
8	Articulação com a CCZEE para construção do PPA 2016 – 2019					

Linha estratégica 2: Revisão das diretrizes metodológicas do ZEE

Meta(s):

N.	Ação estratégica	Atividades	Responsável e envolvidos	Prazo	Recursos (R\$) e Fontes	Observações
1	Revisão da Metodologia	Acrescentar ao fluxograma de projeto uma etapa inicial de escopo do projeto, com o estabelecimento dos objetivos, metas, produtos e justificativas a serem alcançados. (Realizar oficinas internas ao Consórcio antes de demais consultas externas)	Consórcio	06 meses	20.000,00	
2	Discussão com colegiados federais, estaduais, setoriais e institucionais	Seminários, consultas, workshops com atores sociais e agentes sociais	CCZEE	06 meses	150.000,00	
3	Acrescentar temas ou abordagens requeridos pelas novas percepções de problemas, a exemplo das mudanças climáticas, riscos de desastres naturais, vulnerabilidade social	Desenvolver o tema	Consórcio, CCZEE, Universidade, Centros de Pesquisa	06 meses	100.000,00	
4	Desenvolver novas abordagens territoriais como as territorialidades da globalização e as territorialidades das populações tradicionais, artesanato, agricultura familiar	Desenvolver o tema	Consórcio, CCZEE, Universidade, Centros de Pesquisa	06 meses	65.000,00	
5	ZEE proposto através de modelagem: desenvolver modelos que expressem a árvore de decisão e os critérios utilizados na construção do ZEE	Desenvolver proposta, a exemplo do ZEE do Distrito agropecuário (DAP)	Consórcio, CCZEE, Universidade, Centros de Pesquisa	06 meses	65.000,00	

Linha Estratégica 3: Execução dos ZEEs nacional e macrorregionais

Meta (s):

N.	Ação estratégica	Atividades	Responsável e envolvidos	Prazo	Recursos (R\$) e Fontes	Observações
1	Formulação do Termo de Referência para a elaboração do MacroZEE da região centro-oeste	1. Submeter à apreciação da plenária do consorcio ZEE Brasil 2. Submeter e aprovar na CCZEE	IBGE/CPRM (?) e demais membros do Consórcio (consultar internamente quanto à demanda)	6 meses (última reunião da CCZEE em 2015)	R\$ 30.000,00/A resolver na CCZEE dentre seus ministérios	Já existe uma proposta de Termo de Referência para essa iniciativa, construída pela CPRM/Petrobras
2	Execução do MacroZEE da região do centro-oeste	Iniciar a execução do TDR final por parte do Consórcio	IBGE (?) e demais membros do Consórcio	24 meses	R\$ 2.500.000/ Fonte a resolver na CCZEE/ Programa Interáguas	O início dessa ação se dará em 2016.
3	Formulação do Termo de Referência para a elaboração da região do MATOPIBA	1. Submeter à apreciação da plenária do consorcio ZEE Brasil 2. Submeter e aprovar na CCZEE	Embrapa e demais membros do Consórcio	3 meses	R\$ 30.000,00/A resolver na CCZEE dentre seus ministérios	
4	Execução do ZEE da região do MATOPIBA	Iniciar e finalizar a execução do TDR final por parte do Consorcio;	Embrapa e demais membros do Consórcio	18 meses	R\$ 1.000.000,00/ A resolver na CCZEE dentre seus ministérios	Início em julho/2015
5	Monitoramento da implementação do MacroZEE da Amazônia Legal	Pautar na CCZEE para a definição dos métodos a serem adotados, conforme mandos legais presentes no decreto do MacroZEE do AML;		3 meses		Pautar o assunto na próxima reunião ordinária da CCZEE
6	Elaboração do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	A CCZEE deve articular com o BM com vistas a garantir a contratação via Interáguas	MMA (viabilizar a contratação) e demais membros do Consórcio	18 meses	R\$ 2.500.000/ Programa Interáguas	Início julho/2015

7	Apoiar a revisão do Macrodiagnóstico da Zona Costeira	Apresentação do Gi-Gerco para o Consorcio ZEE Brasil;	MMA	Viabilizar em maio/2015 a pretendida reunião	Fonte para realizar a reunião ser discutida junto ao modelo de gestão do Gi-gerco	Responsável para organizar a apresentação. A definição de um coordenador ficará a cargo de decisão futuro no âmbito do Consórcio
---	---	---	-----	--	---	--

Linha Estratégica 4: Fomento à elaboração dos ZEEs estaduais

Meta(s):

N.	Ação estratégica	Atividades	Responsável e envolvidos	Prazo	Recursos (R\$) e Fontes	Observações
1	Constituir grupo de trabalho permanente para a integração das iniciativas de ZEE federais e estaduais					Definir detalhamento a depender das demandas dos estados pelo suporte do Consórcio ZEE Brasil
2	Apoiar a elaboração do ZEE da Sub-região do Madeira no Amazonas					Definir detalhamento a depender das demandas dos estados pelo suporte do Consórcio ZEE Brasil
3	Apoiar a elaboração do ZEE do Distrito Federal					Definir detalhamento a depender das demandas dos estados pelo suporte do Consórcio ZEE Brasil
4	Apoiar a elaboração do ZEE do Maranhão					Definir detalhamento a depender das demandas dos estados pelo suporte do Consórcio ZEE Brasil
5	Apoiar a elaboração do ZEE de Roraima	1. O estado deve apresentar no âmbito do Consórcio sua demanda; 2. Consórcio ZEE Brasil deliberará como será o apoio	A ser definida em reunião específica CPRM (?)	Maio/2015 (para a apresentação)	Estado de Roraima	Verificar se o estado pode viabilizar o suporte financeiro desse apoio

Linha Estratégica 5: Estratégias e mecanismos para o monitoramento e a implementação dos ZEEs

Meta(s):

N.	Ação estratégica	Atividades	Responsável e envolvidos	Prazo	Recursos (R\$) e Fontes	Obsevações
1	Elaborar e implementar indicadores de monitoramento (do processo e dos resultados) para a avaliação do ZEE		MMA			
2	Disponibilizar no site do MMA (I3GEO?), as informações das iniciativas do ZEE; compatibilizar com outros sistemas de SIG, de acordo com os padrões da INDE		MMA / Embrapa / CNPTIA			

7. Análise de riscos e fatores externos

Para completar o exercício de planejamento, foi realizado um levantamento da percepção de riscos e fatores externos ao plano de ação. Como tais, foram entendidos eventos ou condições incertas que, se ocorrerem, podem ter efeitos relevantes sobre o plano. Foram também consideradas as probabilidades e impactos destes eventos, bem como as capacidades de monitoramento e influência do Consórcio.

Fatores externos e riscos	Monitoramento e medidas
O projeto de lei de desmatamento zero no Cerrado pode impactar a realização do MacroZEE da região Centro-Oeste	Monitorar todos os projetos de lei que podem afetar os ZEEs
Prioridades políticas dos governos	Alinhar os ZEEs às agendas políticas atuais
Descontinuidades administrativas	
Fragilidade da CCZEE	Mobilizar os ministérios para cobranças
Mudança do ambiente econômico	Ajustes no planejamento
Agendas institucionais não incorporam o ZEE	Cenários alternativos para a implementação do planejamento

A continuidade da “não-usabilidade” do ZEE também foi discutida, mas ficou claro que este não é um fator externo e sim uma ameaça ao planejamento, para cujo enfrentamento as ações propostas devem contribuir.

8. Próximos passos e propostas de pauta à da reunião da CCZEE

Para complementar os insumos necessários para o plano de ação foram acordados os seguintes prazos:

- Revisão dos resultados pelo DZT e envio às instituições do Consórcio – 30/04/2015
- Retornos pelas instituições e definição de pontos abertos – 15/05/2015
- Consolidação do plano de ação pelo DZT – 20/05/2015

Tendo em vista a realização subsequente da reunião da CCZEE, os participantes fizeram as seguintes sugestões de pauta:

- Definições necessárias para a elaboração do MacroZEE do Centro-Oeste, principalmente em relação à definição de instituições participantes.
- Definições necessárias para a elaboração do PPA, em especial, quanto à incorporação de contribuições das instituições do Consórcio.
- Um debate sobre a visão do Consórcio e da CCZEE sobre o ZEE, considerando a necessidade de revigoramento do instrumento.

9. Avaliação da oficina pelos participantes

	😊	😊😐	😐
Resultados	11		
Metodologia	13		
Moderação	13		
Participação	3	10	
Logística	13		

Moderação e documentação:

Monika Roper (monika_roper@hotmail.com)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Departamento de Zoneamento Territorial - DZT/SRHU

Lista de presença

Evento: Oficina de Planejamento do Consórcio ZEE Brasil

Data: 27/04/2015 Horário: 08h30 às 12h30

Local: SEPN 505, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala CT-01

	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL
1	Felipe Lima R. Barber	DETRAN/MA	208-1041	felipe.barber@ma.gov.br
2	Miguel Ferrinasso	CODEVASE	2028.4658	miguel.ferrinasso@codevasp.ma.gov.br
3	EDNESTO GALINDO	IPCA/SETEPR	8441-9337	ednesto.galindo@ma.gov.br
4	Shirley Cristina dos Santos	CEUSIPAM/MD	925-2005	shirley.santos@ma.gov.br
5	Victor Chôa Ferrinasso da Silva	SUDENE	81-2102-2059	victor.silva@sudene.gov.br
6	ROBSON JOSÉ DA C. BRANDÃO	SUDEN	81-2102-2059	robson.brandao@sudene.gov.br
7	VACIEN JOSÉ MANOES	CPRM	913182-1304	vacienc.manoes@cpem.gov.br
8	CASSIO ROBERTO DA SILVA	CPRM-AJ	81-22556947	cassio.silva@cpem.gov.br
9	Bruno Azeiteiro Miguel	MMA	61-20281214	bruno.miguel@mma.gov.br
10	Alexandra Ramada Tofoli	ANA	61-2109-5611	alexandra.tofoli@ana.gov.br
11	ANDRÉ FREDDO	INCEA	61-3411-7129	andre.freddo@incea.gov.br
12	Thaís Cascahamali de Souza Oishi	INCEA	61-3411-7282	thais.oishi@incea.gov.br
13	CELSO VAINER Menezes Filho	Embapa	19992891360	celso.vainer@embapa.br
14	CASSIO JOSÉ VAINER Menezes Filho	IBGE/DEC	21-2142-4581	cassio.vainer@ibge.gov.br
15	ADRIANA HANAH DETIGUIRE DO	IBGE/DEC	21-2142-4581	adriana.hanah@ibge.gov.br
16	BRUNO WALKER NELSON	INPA/CDAM	92-99286-4197	bruno.walker@inpa.gov.br
17	MARCOS ALBERTO ASSIS CAMPOS	INPA/CDAM/MA	92-993571-621	marcos.assis@inpa.gov.br
18	Monika Roper	moderacao	96542445	monika-roper@hotmail.com
19				
20				
21				

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Departamento de Zoneamento Territorial – DZT/SRHU

Lista de presença				
Evento: Oficina de Planejamento do Consórcio ZEE Brasil				
Data: 28/04/2015 Horário: 08h30 às 12h30				
Local: SEPN 505, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala CT-01				
	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL
1	Denise Alho	Petrobras	3429-9272	denise.alho@petrobras.com.br
2	MARCIA ALBERTO ASSIS CAMPOS	INPA/MCTI	(92)99350161	marcia.campos@inpa.gov.br
3	BRUCE WALKER NELSON	"	(92)99286-4197	bruce.walker@gmail.com
4	ADNA HAMAM DE FIGUEIREDO	IBGE	(21)2142-4514	hamam@ibge.gov.br
5	Celso José Monteiro Filho	IBGE	(21)2142-4181	celso.filho@ibge.gov.br
6	Celso Jaime Maranhão	Embrapa	(99)92891360	celso.marcao@embrapa.br
7	André FREDDO	INARA	61 3411 7129	andrefreddo@inara.gov.br
8	Thaoua focu camara de younga Dida	INCEA	61 3411 7282	thaoua.isha@inara.gov.br
9	EDISON CREPPIN	INPE	(12)3208-6430	edison@tid.inpe.br
10	Alexandra R. Tóbi	ANA	(61)2109-5611	alexandra.tobi@ana.gov.br
11	CASSIO ROBERTO DE SILVA	CPAM-RJ	21 22956477	cassio.rosa@cpam.gov.br
12	Bruno Aze. Sabon Miguel	MMA	61 20281214	bruno.miguel@mma.gov.br
13	VICTOR LUIS FERREIRA DA SILVA	SUDEDE	(81)2102-2059	victor.silva@sudele.gov.br
14	MARCELO JOSÉ MARQUES	CPAM	(91)51821304	marcelo.marques@cpam.gov.br
15	Shuley Quintina dos Santos	CENSIPAM-MD	(61)92352305	shuley.santos@cpam.gov.br
16	ERNESTO GALINDO	IBEA	84441-9737	ernesto.galindo@ibea.gov.br
17	Felipe Lima R. Barbosa	DZT/MMA	(61)2038-1041	felipe.barbosa@mma.gov.br
18				
19				
20				
21				



PROGRAMA



ZEE



BRASIL

Contextualização e perspectivas para o ZEE em 2015 e 2016

Brasília, 27 de abril de 2015

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

O planejamento integrado do território não constitui prioridade dos órgãos centrais de planejamento, tendo maior relevo iniciativas de planejamento setoriais de cada pasta frente a seus objetivos específicos



Ausência de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial e baixa importância atribuída à Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Observa-se a necessidade de redefinição do arranjo institucional do ZEE, cujo entendimento emanado é o de que não cabe a coordenação da política apenas no âmbito institucional do MMA



Lei nº 10.683/2003 – a competência relativa ao ZEE será exercida em conjunto pelo MMA, MAPA, MDIC, MI e MPA



Fortalecimento do papel da CCZEE na coordenação política do ZEE

É preciso revisar e complementar a legislação associada ao ZEE, tornando-a mais aderente aos novos cenários legais existentes



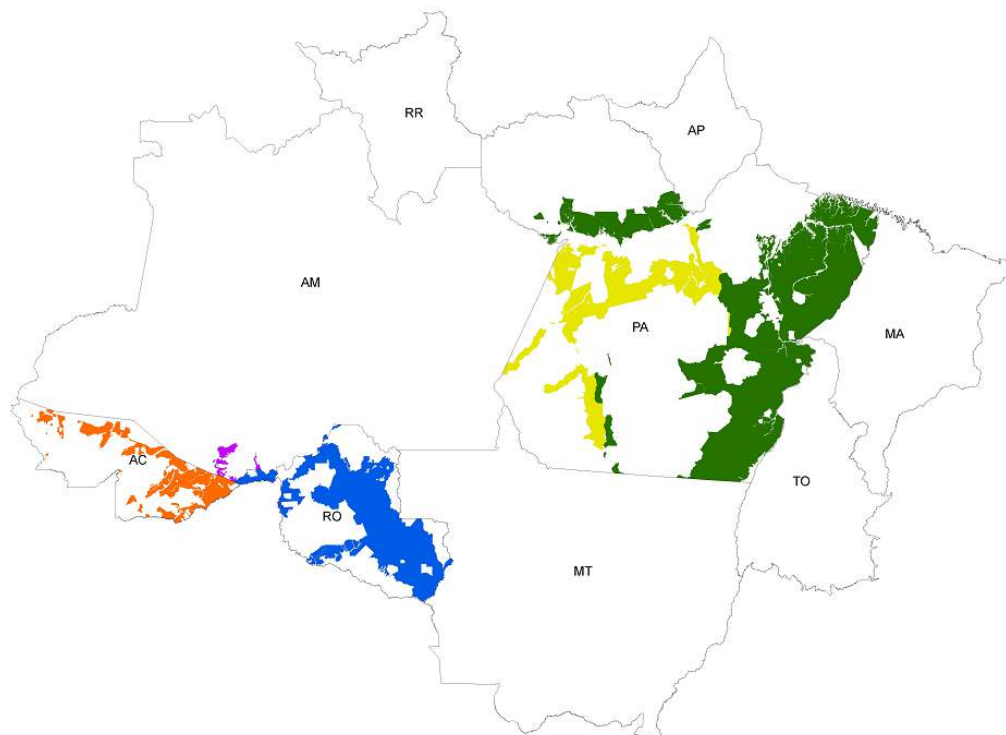
Zoneamento ambiental e zoneamento ecológico-econômico



Elaboração do ZEE, pelo Governo Federal, por biomas

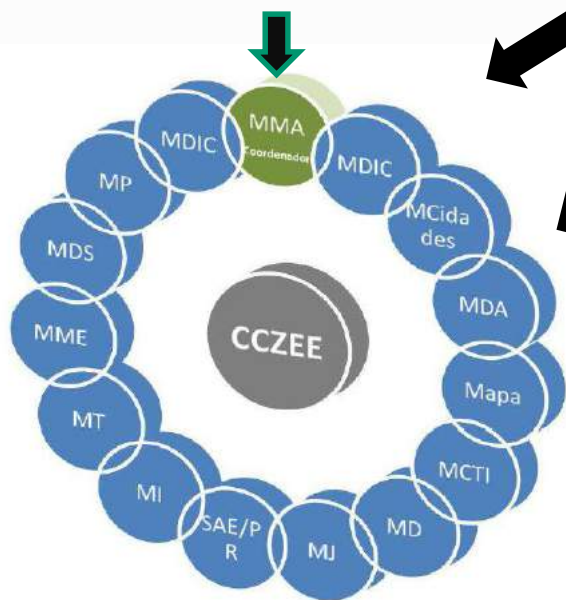


Elaboração do ZEE costeiro e redução da reserva legal



Nota-se uma falta de clareza das atribuições da CCZEE e do Consórcio ZEE Brasil, ao mesmo tempo em que o MMA vem exercendo um papel que deveria ser melhor compartilhado com as instituições do Consórcio

Coordenador



Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos de ZEE

Articular com os estados, apoiando-os e compatibilizando seus ZEEs com aqueles executados pelo Governo Federal

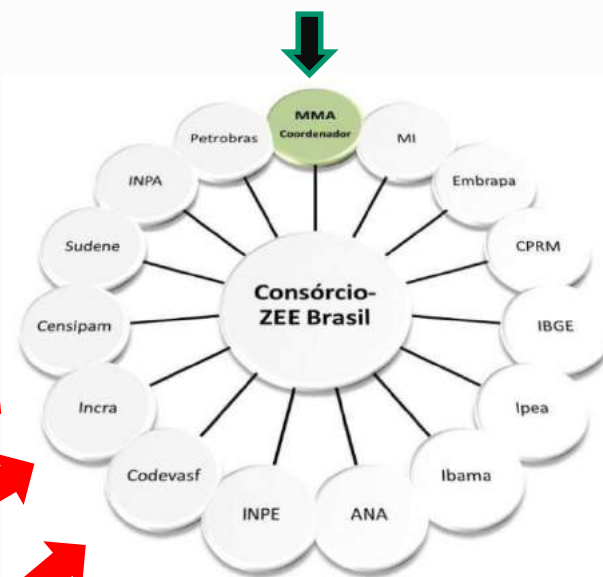
Executar os ZEEs a cargo do Governo Federal

Servir como órgão de assessoria técnica da CCZEE

Elaborar a linha metodológica e o termo de referência do ZEE

Prestar assessoria técnica aos estados

Coordenador



O ZEE precisa ser melhor internalizado nas instituições do Consórcio ZEE Brasil, cujo papel deve ser mais protagonista frente às diversas iniciativas de zoneamento



Oficina para elaboração do planejamento dos trabalhos a serem executados e respectivos produtos, especificando seus objetivos, metas, responsabilidade e custos



Orçamentos previstos para apoiar as atividades do Consórcio ZEE Brasil na estrutura orçamentária de cada instituição participante. O processo precisa ser mais operativo e descentralizado entre as instituições.



Plano de comunicação para o ZEE, com destaque para a divulgação dos produtos gerados



Visitas e seminários nas instituições, com o envolvimento da alta direção dos órgãos



Maior interação entre a CCZEE e o Consórcio ZEE Brasil, sobretudo entre os ministérios e suas respectivas vinculadas



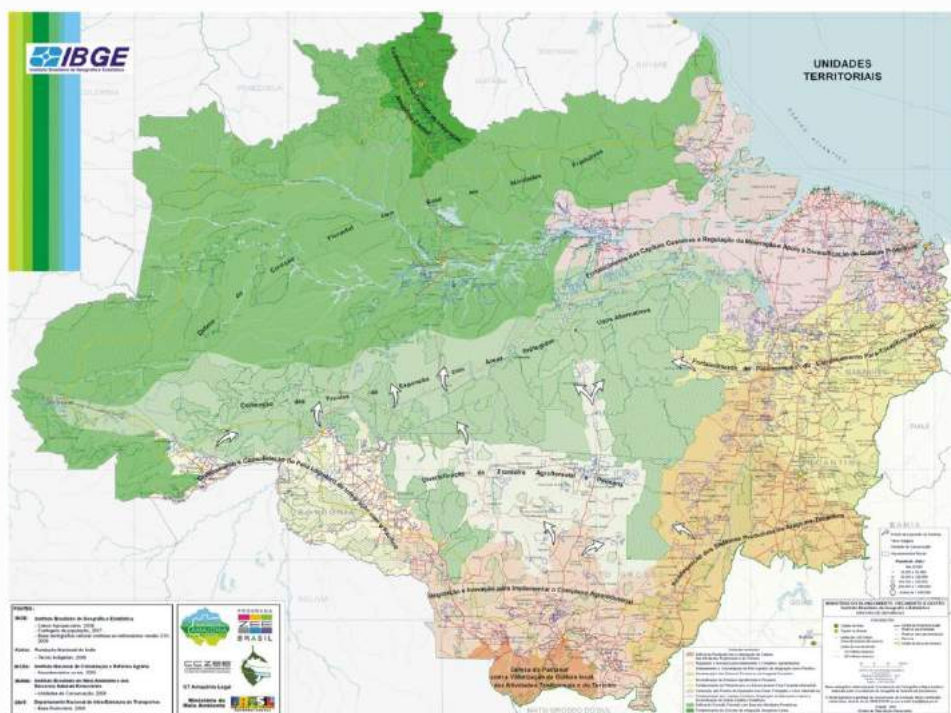
Criação de meta específica sobre o ZEE no próximo PPA, envolvendo a estrutura de todas as instituições dos colegiados

Os métodos empregados nas iniciativas de ZEE são, muitas vezes, inadequados frente aos objetivos colocados para o zoneamento, o que torna o instrumento excessivamente descritivo e pouco operativo. Deve-se, também, buscar a simplificação do instrumento com vistas à sua efetividade, principalmente no tocante à implementação das diretrizes e estratégias geradas



Como integrar as iniciativas que incidem sobre um mesmo território?

Passados cinco anos de sua aprovação, faz-se necessária uma análise do legado do MacroZEE da Amazônia Legal e das responsabilidades do Consórcio ZEE Brasil frente à iniciativa



Decreto nº 7.378/2010

- Avaliação dos resultados da implementação a cada dois anos

- Reuniões periódicas nos estados da região

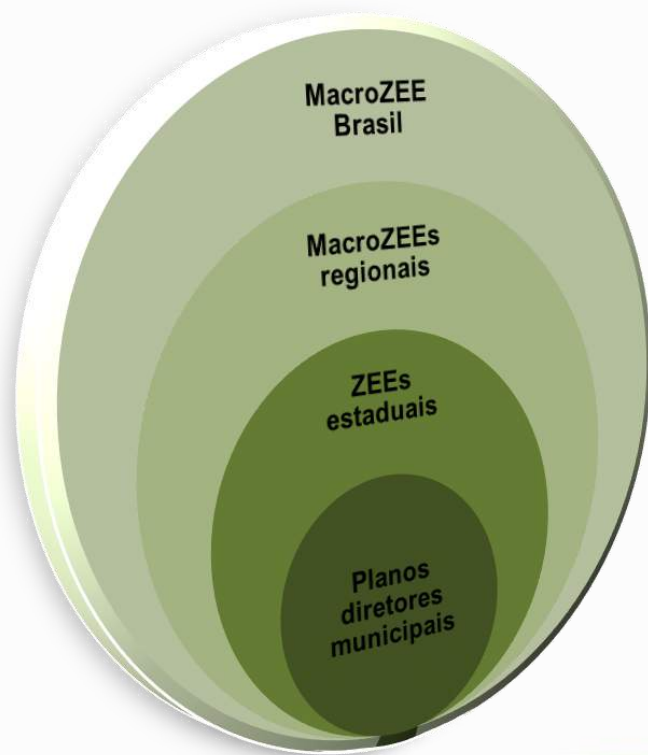
- Critérios técnicos para a revisão, atualização e modificação dos ZEEs

A elaboração do ZEE pelo Governo Federal se dará a partir de suas diferentes regiões político-administrativas, com sugestão de início pela região Centro-Oeste



- *Definição de coordenador para a elaboração do Termo de Referência*
- *Identificação dos meios necessários e disponíveis para a execução das iniciativas*
- *Adoção de metodologia unificada que permita a integração das iniciativas*

Deve-se fortalecer o apoio à elaboração dos ZEEs estaduais e aproximar o ZEE com os Planos de Recursos Hídricos e com os planos diretores municipais, de modo a melhor subsidiar a tomada de decisão relativa ao uso e ocupação do território na escala regional e local



Os estados têm até 2017 para elaborar e aprovar seus ZEEs, segundo a metodologia unificada, estabelecida em norma federal.

Os maiores problemas relacionados ao ZEE são relacionados ao uso e implementação do instrumento, e não de ordem metodológica

Percebe-se a ausência ou pouca vontade política dos gestores públicos na aplicação das diretrizes discutidas com a sociedade e aprovadas legalmente

A possibilidade de redução da reserva legal, no caso dos estados da Amazônia Legal, muitas vezes tornou-se o maior objetivo do ZEE

Ainda há uma carência generalizada de mecanismos de monitoramento da implementação do ZEE, com metas e responsáveis por sua execução

É preciso avançar na integração do ZEE com outras políticas e instrumentos, tais como o PPA, o CAR e o licenciamento ambiental

PROGRAMA



ZEE



BRASIL

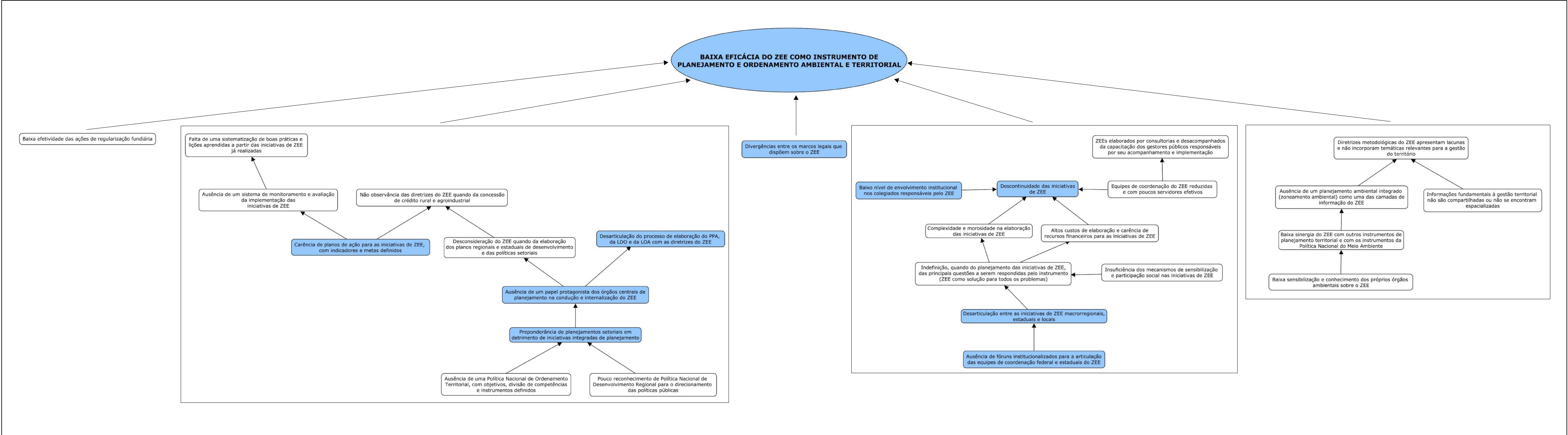
Departamento de Zoneamento Territorial – DZT

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Contato: (61) 2028-1364 / 1379

www.mma.gov.br/zee

zee@mma.gov.br



Anexo 4

Árvore de problemas elaborada pelo Consórcio ZEE Brasil

Baixa efetividade do ZEE como instrumento de ordenamento territorial

